

Práticas educativas para alunos com dislexia: um olhar psicopedagógico

*Prácticas educativas para alumnos con dislexia:
una perspectiva psicopedagógica*

*Educational practices for students with dyslexia:
a psychopedagogical perspective*

Maria Aparecida Alves da Costa¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Resumo

O objetivo deste é discutir a importância da educação inclusiva no contexto educacional, com foco em alunos com dislexia. Essa pesquisa é fruto de um trabalho de Conclusão de Curso de uma especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e partiu do interesse em compreendermos como acontece as práticas inclusivas em sala de aula para esse público de alunos específico. A pesquisa insere-se em uma abordagem qualitativa em que fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica tendo base autores de referência no campo da educação inclusiva. Os resultados apontaram que a psicopedagogia veio para auxiliar principalmente nas dificuldades e nos transtornos de aprendizagem, e que a dislexia é uma problemática que vem sendo estudada desde o final do século XX na Europa e depois se espalha em outros continentes. Os alunos com dislexia precisam ser vistos e compreendidos de forma integral e que sejam repensadas e adaptadas práticas educativas e pedagógicas com a finalidade de atender a um público seletivo e heterogêneo.

Palavras-chave: educação inclusiva; psicopedagogia; dislexia; alunos com dislexia.

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir la importancia de la educación inclusiva en el contexto educativo, con especial atención a los alumnos con dislexia. Esta investigación es el resultado de un trabajo de fin de curso de la especialización en Psicopedagogía Clínica e Institucional y partió de nuestro interés por comprender cómo se desarrollan las prácticas inclusivas en el aula para este grupo específico de alumnos. La investigación se enmarca en un enfoque cualitativo en el que utilizamos una investigación bibliográfica basada en autores de referencia en el campo de la educación inclusiva. Los resultados mostraron que la psicopedagogía ha venido a ayudar principalmente a las dificultades y trastornos de aprendizaje, y que la dislexia es un problema que ha sido estudiado desde finales del siglo XX en Europa y luego se extendió a otros continentes. Los alumnos con dislexia deben ser vistos y comprendidos como un todo, y las prácticas educativas y pedagógicas deben ser repensadas y adaptadas para atender a un público selecto y heterogéneo.

Palabras clave: educación inclusiva; psicopedagogia; dislexia; alumnos con dislexia.

Abstract

The aim of this article is to discuss the importance of inclusive education in the educational context, with a focus on students with dyslexia. This research is the result of a course

¹ Doutora e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Sobral. E-mail: mariapedagoga99@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5213-4869>.

completion project for a specialization in Clinical and Institutional Psychopedagogy, and was based on our interest in understanding how inclusive practices take place in the classroom for this specific group of students. The research is part of a qualitative approach in which we used bibliographical research based on reference authors in the field of inclusive education. The results showed that psychopedagogy has come to help mainly with learning difficulties and disorders, and that dyslexia is a problem that has been studied since the end of the 20th century in Europe and then spread to other continents. Students with dyslexia need to be seen and understood as a whole, and educational and pedagogical practices need to be rethought and adapted in order to cater for a select and heterogeneous audience.

Keywords: *inclusive education; psychopedagogy; dyslexia; students with dyslexia.*

1 INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em um contexto social bastante complexo e confuso, onde cada vez mais, o domínio tecnológico da era da informação em que estamos inseridos, toma conta do meio social. Sabemos que a educação é o meio mais eficaz para a transformação da sociedade, de forma que torna os seres humanos habituados para viverem em conjunto e de maneira igualitária (Costa; Costa; Sousa, 2014).

O presente artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso de especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e visa discutir importância da inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar, com foco maior nas práticas educativas para alunos com dislexia. Partindo dessa premissa, nos indagamos: quais as práticas inclusivas para alunos com dislexia no contexto escolar?

Sabemos que existe diversos tipos e modalidade de educação, entre elas a educação inclusiva, uma vez que esta vem proporcionar a inclusão dos indivíduos que possuem algumas deficiências no contexto social.

Nota-se atualmente que uma das preocupações de especialistas como psicólogos, educadores, fonoaudiólogos, psicopedagogos, bem como diversos outros profissionais das áreas educação e saúde, é entender realmente como acontece o processo de ensino e aprendizagem das crianças em geral, visto que os indivíduos conseguem expor seu raciocínio, elaborar um pensamento crítico e construir suas ideias (Weise; Cruz, 2007). A construção do conhecimento faz parte do processo de ensino e aprendizagem seja na educação formal ou informal e que não é determinado apenas pelo cognitivo, mas sim com diversas estruturas que dependem do ambiente em que ele está inserido na sociedade.

O interesse da realização desse estudo partiu da curiosidade e necessidade de encontrarmos meios de avaliação para alunos que tem dislexia, uma vez que sabemos

que a avaliação deste não pode ser realizada como de outras crianças que não possuem, ou seja, sem levar em consideração suas dificuldades de aprendizagem.

Em relação ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2007), em que utilizamos uma pesquisa teórico bibliográfica, que de acordo com Severino (2007, p. 122), nos diz que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”.

A fim de chegarmos aos resultados propostos no estudo, dividimos o presente artigo em três sessões, quais sejam: a primeira é a introdução, onde abordamos os principais elementos de uma pesquisa científica, a segunda trouxemos à baila nossos resultados e discussões, haja vista que abordamos a educação inclusiva para a formação social e humana dos indivíduos, enfocamos o contexto histórico da psicopedagogia, uma vez que esta é o estudo que busca o auxílio para as dificuldades de aprendizagens. Nos reportamos ainda sobre a definição da dislexia e suas práticas pedagógicas, além de suas formas de avaliação. Por fim, fizemos as nossas considerações finais acerca do que foi estudado e as reflexões em relação à temática desenvolvida.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação (Brandão, 1981, p. 7).

Iniciamos esse tópico com essa reflexão de Carlos Rodrigues Brandão sobre a importância da educação na vida em sociedade, bem como a existência dela em todos os contextos que estamos inseridos. Essa educação proposta pelo autor acima citado vai além dos muros das instituições escolares, bem como abrange todos os seres humanos, sem distinção de raça, classe, deficiência, religião ou questões culturais.

Sabemos hoje que a educação é o mecanismo mais antigo quanto ao desenvolvimento das civilizações e dos seres humanos, uma vez que não sabemos de quando realmente data o seu surgimento. A ideia de educação parte de educar algo para uma melhor comunicação e convivência dos indivíduos. De acordo com Libaneo (2008 p.22), “a educação é um conceito amplo que se refere ao processo de

desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a qualidade de formação de qualidades humanas”. Além dessa definição de educação podemos ainda ressaltar o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Partindo dessa base, o ambiente mais comum que utilizamos a educação formal é por meio da escola, sendo esta instituição o local onde é praticada de forma direta, sistemática e institucional, proporcionando aos indivíduos uma troca de conhecimentos e experiências dos diversos níveis de ensino. A educação parte principalmente da necessidade da comunicação e socialização entre os seres humanos e o meio social, a fim de mantermos um contato maior entre todos, uma vez que, com a “obrigação” de passar os ensinamentos dos antepassados para as gerações futuras, mas além disso, tem o papel social de transformar uma sociedade, e essa escola para ter o papel de transformar, primeiro ela precisa ser transformada e possibilitar acesso e permanência a todas as pessoas que a frequentam. Figueiredo (2010, p. 55), aponta que:

Transformar a escola significa criar condições para que **todos** os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo focando as dificuldades do processo de construção do conhecimento para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos.

Concordamos com a ideia do autor acima citado quando fala que a escola deve ser um espaço reservado a todos, independentemente de suas limitações, dificuldades, credos religiosos, entre outros. Devemos ver e ter a escola apenas com o objetivo de aprender e melhorar o desenvolvimento da sociedade de forma geral, principalmente a partir da inclusão.

A educação inclusiva era pouco falada por consequência de ser representada por uma minoria, e sendo assim, muitas vezes a minoria não era tão ouvida nem levada a sério como deveria, porque de certa forma não atingia uma parte que seria “preocupação” para a sociedade.

Antigamente a rejeição era registrada no código de Hamurabi, Aristóteles e Herófilo registraram alguns temas relacionados à deficiência mental, esses foram primeiros registros sobre o tema. O autor ainda explica que naquele

momento histórico não se encontra muitas literaturas sobre o assunto, porém pode se afirmar que em Esparta, por exemplo, crianças deficientes eram consideradas subumanas e abandonadas, a sociedade não aceitava interagir nem se socializar com os deficientes (Zanata; Treviso, 2016, p. 17).

Podemos ter como base que até a segunda metade do século XX, as crianças que tinham dificuldade de aprendizagem, ou que pareciam ter alguma deficiência no âmbito intelectual, sensorial ou motora, poderiam frequentar apenas escolas especializadas que tratassem de tal assunto ou tal “problema” como era conceituado, sendo assim essas crianças se desenvolviam em um sistema educacional de modelo *apartheid* consistindo assim em um sistema de segregação e isolamento (Ferreira; Davis, 2009).

Isso implica que a segunda metade do século XX foi regada do que chamamos de exclusão social, onde esteve presente em todos os continentes, como temos o exemplo de *apartheid* na África do Sul em 1991, a segregação racial nos Estados Unidos da América, entre outros. Como vemos, a exclusão social não parte apenas por questões que sejam consideradas “grandes” para a sociedade, como por exemplo o racismo, mas sim em todos os âmbitos de compreensão da sociedade (Debut, 2003).

Ao falar no processo de exclusão, automaticamente nos lembramos da inclusão social, pois sabemos que a segunda necessita da primeira para existir. Partindo desse pressuposto, a inclusão social já esteve bem mais distante no tocante a evolução da civilização humana onde temos consciência de que uma nação pra ter um bom desenvolvimento precisa de igualdade, igualdade esta, que nos possibilita uma melhor convivência nos campos social e humano em detrimento das leis, direitos e deveres do indivíduo para com a sociedade.

Sobre esse assunto, apoiamo-nos nas palavras de Carvalho (1999, p. 61), a respeito da inclusão e direito de todos os indivíduos, onde ele ressalta que “todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo ensino aprendizagem de maneiras diversas, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações”.

A autora chama a atenção para a importância da igualdade do ensino e aprendizagem, onde todos somos capazes de aprender coisas novas, mesmo tendo alguns com algumas dificuldades nesse processo, somos seres dotados de capacidades e habilidades diferenciadas para desenvolver tarefas distintas.

2.1 Contexto histórico da psicopedagogia e a atuação do psicopedagogo

A psicopedagogia nasceu na Europa em meados do início do século XX, partindo da necessidade de estudar não só os distúrbios de aprendizagens, mas também o comportamento de inúmeras crianças que aparentavam comportamentos diferenciados em que eram taxados apenas de disléxicos ou hiperativos, como podemos observar na citação nas reflexões Oliveira (2012, p. 10):

A psicopedagogia não nasceu aqui e nem tampouco na Argentina. A preocupação com os problemas de aprendizagem teve origem na Europa, ainda no século XIX. Os primórdios Centros Psicopedagógicos foram inaugurados na Europa, mais precisamente na França em 1946, por J. Boutonier de George Mauto, com direção médica e pedagógica, com objetivo de tratar comportamentos socialmente de crianças, tanto na escola como no lar, visando à readaptação.

Como vimos na citação acima, a psicopedagogia não nasceu na Argentina como sempre imaginamos, mas sim na Europa, mais precisamente na França, onde houve uma preocupação com as crianças que aparentavam comportamentos considerados “anormais”, ou fora do contexto social do século XIX, uma vez que nessa época existia um preconceito social em relação aos distúrbios ou anomalias que se apresentavam na sociedade.

A princípio, a psicopedagogia teve sua trajetória de forma significativa, uma vez que esta tinha caráter médico-pedagógico, sendo que os principais envolvidos nesse eram médicos, pedagogos, psicanalistas e pedagogos, em que através da união desses profissionais chegaria à solução dos problemas apresentados pelas crianças.

Saindo desse complexo europeu, a psicopedagogia aportou sua contribuição na América Latina, precisamente na Argentina, onde Fernández *apud* Bossa (2000) afirma que ela teve seu surgimento em Buenos Aires, capital argentina onde iniciou os primeiros cursos de graduação sobre a temática, e que visava o fornecimento de um conhecimento mais abrangente acerca do processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos.

Já no Brasil, a psicopedagogia foi inserida no auge da escola nova, ou escola novista, uma vez que ela partia do princípio que o aluno aprende de forma que esteja bem em todos os aspectos: físicos, psicológicos e sociais. Podemos conhecer sua trajetória no Brasil em linhas posteriores, em que Oliveira (2012, p. 11) ressalta,

No Brasil a psicopedagogia surge na década de setenta através dos cursos de extensão da PUC/SP. Em 1979 surge como especialização, mas com o título de Tratamento dos problemas de aprendizagem. Em 1985 inicia-se o curso de psicopedagogia, em nível de especialização na PUC/SP. Este com enfoque preventivo e preparando para o processo institucional.

Observando a citação acima, vimos que a trajetória da psicopedagogia no Brasil teve início em meados da segunda metade do século XX, porém não ainda como a psicopedagogia em si, ou seja, com o objetivo que temos hoje, mas sim, apenas como um tratamento de problemas de aprendizagem. Somente a partir de 1985 que seu processo se entendeu como um meio de prevenção dos possíveis problemas de aprendizagem que ocorreriam com o indivíduo. Ainda sobre esse enfoque que a psicopedagogia que “inicialmente foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios” (Bossa, 2007, p. 32).

No que se refere ao processo psicopedagógico, sua ação está além da pedagogia escolar e da psicologia escolar ou clínica, ou seja, sua área de atuação ou seu objeto de estudo é a relação da criança com o aprendizado, em que o psicopedagogo atua de forma preventiva e curativa. Corroborando com essa ideia, Massini (2003, p. 2) ressalta que a “psicopedagogia é concebida como a área que estuda o ato de aprender, entendendo-se o ato de aprender como os sentimentos, as ações, as elaborações do sujeito durante o seu processo de aprendizagem e a consciência que ele tem do que realiza”.

Dessa forma, a atuação do profissional da psicopedagogia, ou seja, o psicopedagogo é de extrema relevância para compreendermos o desenvolvimento das crianças, assim como para a contribuição do desenvolvimento cognitivo destas, uma vez que esse profissional é habilitado para o descobrimento, auxílio e controle das várias dificuldades de aprendizagem, entre elas a dislexia, principal discussão do estudo em pauta.

Com o passar do tempo os contextos se modificam e uma das principais mudanças que podemos elencar é no processo educacional, uma vez que podemos reconhecer que o professor (educador) não é mais o centro e o detentor de todo conhecimento, mas sim, o que acontece atualmente é uma troca mútua de informações, por parte do professor e do aluno (Silva; Sousa, 2022).

Como mudou o processo educacional, mudaram também os métodos. O aluno constrói seu próprio conhecimento e o profissional da educação faz parte dessa construção, uma vez que o professor precisa adequar seus métodos à aprendizagem dos seus alunos. O psicopedagogo está cada vez mais inserido no meio educacional, pois a maioria dos psicopedagogos já são professores e atuam em suas próprias salas de aula, detectando as dificuldades de seus alunos e tentando saná-las (Campognolo; Marquezan, 2019).

Ao que concerne ao tema central do nosso estudo, ou seja, a dislexia, podemos considerar que as discussões em volta dela eram incipientes (Rodrigues; Ciasca, 2016). Com o passar do tempo o contexto de pessoas com dificuldades de aprendizagens foi sendo ampliando consideravelmente fazendo com que vários profissionais como professores, fonoaudiólogos e médicos começaram a intervir diante dessa questão. De acordo com Rodrigues e Ciasca (2016, p. 87), a dislexia é:

um transtorno específico de aprendizagem, de origem neurológica. Acomete pessoas de todas as origens e nível intelectual e caracteriza-se por dificuldade na precisão (e/ou fluência) no reconhecimento de palavras e baixa capacidade de decodificação e de soletração. Essas dificuldades são resultado de déficit no processamento fonológico, que normalmente está abaixo do esperado em relação a outras habilidades cognitivas. Problemas na compreensão e reduzida experiência de leitura normalmente são as consequências secundárias desse transtorno.

Na definição dos autores, a dislexia faz parte de um transtorno de aprendizagem que é caracterizada principalmente pela dificuldade de compreensão e reconhecimento de palavras e de soletração. Partindo da etimologia da palavra, ela teve origem na Grécia e deriva de mais duas palavras sendo elas, *dis*: distúrbio e *lexis*: palavra, que para a nossa língua é definida como “dificuldade de ler e interpretar símbolos” (Bueno, 2009, p. 296).

De acordo com Oliveira (2013, p. 13),

a dislexia foi citada a mais de 100 anos. Em 7 de novembro de 1896, o Dr. W. Pringle Morgan, de Seaford, escreveu em um jornal, British Medical, sobre um garoto de 14 anos, que dizia ser um menino brilhante e inteligente, mas com uma grande incapacidade em ler. Não tinha dificuldades alguma com números, o problema era decifrar as palavras impressas ou escritas, até então conhecida como cegueira verbal. Morgan foi o primeiro a considerar a cegueira verbal sendo uma falha no desenvolvimento em crianças saudáveis.

As primeiras explicações para os indícios da dislexia foram promovidas em meados de 1920, onde estudiosos acreditavam que as crianças invertiam as letras ou

trocavam outros símbolos, por consequência de algum problema oftalmológico, porém, posteriormente encontraram outra explicação para o problema, em que pautaram o distúrbio no sistema linguístico, desconsiderando assim a primeira explicação.

Ainda assim podemos ressaltar que as pesquisas já encontradas, não são apenas desenvolvidas pela área da educação, mas também por várias outras áreas como destaca Campos (2012, p. 19):

É importante citar que a dislexia, enquanto distúrbio de aprendizagem se manifesta a partir de seis ou sete anos de idade, com uma defasagem de dezoito meses a dois anos em relação às outras crianças; o diagnóstico deverá ser realizado por um conjunto de especialistas entre eles: psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos por meio de diversos testes, caso seja necessário, será encaminhado para especialistas como oftalmologistas, otorrinolaringologista e ou neurologista para exames mais detalhados.

Uma criança ou adolescente com dislexia quase sempre apresenta uma autoestima baixa por não se sentir capaz como os demais alunos na hora de desenvolver as atividades propostas, sejam de forma intelectual ou até mesmo física. A Associação Brasileira de Dislexia, aponta que cerca de 10 a 15% da população brasileira apresenta casos notificados de dislexia nas escolas, sendo que esta estimativa pode sofrer alterações, em vista que são mantidos em anonimato em algumas sociedades, ou até mesmo pelo fato de desconhecimento sobre esse dificuldade em decodificação das palavras (Oliveira, 2013).

Para Batista e Mantoan (2005) à luz da psicanálise, o aluno com deficiência intelectual pode se colocar em uma posição de inibição ou recusa em relação ao saber alienando-se sempre nos dizeres do outro, ou do professor que lhe fornece. A dislexia estuda em várias áreas de compreensão, destacando assim, a educação e a saúde, pois são áreas que são responsáveis por entender esse processo que as vezes é dificultoso e não tão aceito pela sociedade.

2.2 Práticas educativas e pedagógicas com alunos com dislexia

Consideramos muitas vezes que os termos práticas educativas e práticas pedagógicas são semelhantes, ou que se confundem em seus significados, no entanto, como aborda Franco (2016, p. 536), as práticas educativas refere-se “a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais” já as práticas

pedagógicas” refere-se “a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos”.

As práticas educativas e pedagógicas dos educadores, tem se destacado cada vez mais no tocante ao processo de adaptação das novas tecnologias e novos métodos de aprendizagem, mas além dessas mudanças, existe outras, que fazem parte da mudança intelectual do indivíduo. Os professores precisam aprender a lidar com diversos tipos de públicos em sala de aula. Convivemos diariamente com diversos contextos distintos e precisamos estar preparados para receber esse público tão heterogêneo.

Como componente fundamental para o processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem, a leitura é uma parte da linguagem do ser humano que nos identifica e diferencia dos outros animais, além de ser uma necessidade das pessoas se comunicarem no ambiente que vivem (Deliberato, 2017).

O tipo de prática educativa e pedagógica que é abordada em sala de aula depende da abordagem dos professores enquanto responsáveis por suas respectivas turmas. O desconhecimento sobre algumas dificuldades encontradas em sala de aula, como por exemplo as dificuldades de desenvolvimento da leitura e escrita, pode levar a sérios problemas referentes à abordagem para com seus alunos, fator esse que prejudica de certa forma os alunos na socialização com os demais, e até outros problemas. De acordo com Oliveira (2013, p.20),

o zelo pela aprendizagem passa pela recuperação daqueles que têm dificuldade de assimilar informações, sejam por limitações pessoais ou sociais. Daí, a necessidade de uma educação dialógica, marcada pela troca de ideias e opiniões, de uma conversa colaborativa em que não se cogita o insucesso do aluno”.

Nas palavras do autor nos faz refletir sobre a importância do diálogo em sala de aula, pois a partir desse diálogo melhora a interação dos demais alunos para com os alunos disléxicos, fazendo com que estes se sintam acolhidos pelo restante da turma. O olhar clínico do docente faz toda a diferença em suas metodologias posteriores, sendo este olhar clínico uma maneira de o educador observar o ambiente de suas aulas e a sua prática, a fim de reparar algo que não foi tão bem sucedido como deveria ser ou como estava previsto que acontecesse.

É necessário ter em mente e principalmente na prática o processo de ação, reflexão e ação (Freire, 1997), uma vez que uma ação realizada pode ser refletida sobre o que realmente foi positivo, e o que foi negativo, causando assim uma práxis pedagógica diferenciada, pois o erro já cometido será refletido para que não aconteça novamente (Caldeira; Zaidan, 2013).

É pertinente ressaltar que as práticas educativas dos docentes em sala de aula não abarcam todos os alunos, e quando abarca possivelmente não é compreendida de forma igual para todos, desse modo é salutar reconhecer que precisamos de práticas inclusivas não só no ambiente de sala de aula, mas na escola como um todo, bem como na sociedade em geral. Partindo dessa ideia, Silva e Miguel (2020, p. 881) ressaltam a importância de práticas inclusivas, assim como dificuldades para atingi-las:

A inclusão de novas práticas no âmbito pedagógico das instituições de ensino é deveras árdua, ao passo que exige determinado saber de todo corpo docente e técnico, o que demanda capacitação específica, a fim de desenvolver políticas e adaptar os currículos aos planejamentos, bem como adequar procedimentos de ensino às competências e habilidades individuais e coletivas dos alunos.

Concordamos com os autores quando afirmam que é precisa desenvolver políticas públicas e adaptação dos currículos escolares, bem como, de planejamento por parte professores que alcancem as necessidades desses alunos, buscando novos métodos que auxiliem no desenvolvimento das competências e habilidades desses alunos, sejam elas coletivas ou individual.

Partindo dessa base, é comum encontrarmos em nossas salas de aulas, principalmente no ciclo de alfabetização, alunos com dificuldades em compreender e codificar as letras, os números, os fonemas que esses signos linguísticos produzem, dentre outras coisas, dessa forma, nós professores temos que estar atentos principalmente no tocante à avaliação desses alunos.

Compreendemos que o processo avaliativo é contínuo, haja vista que a aprendizagem acontece também de forma contínua. Com os estudantes que possuem dislexia ou outros tipos de transtorno ou dificuldade de aprendizagem não acontece de forma diferente. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em seu Artigo 24, nos assegura que:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

O que aponta a Lei de Diretrizes e Bases é que a avaliação não é apenas um teste que é feito após o término dos conteúdos, mas um processo linear, cumulativo e além disso abrange todos os aspectos, sejam qualitativos ou quantitativos do conhecimento do aluno, resultando assim em um conhecimento concreto, que vai além das frases decorativas ou dos cálculos sem justificativa ou importância para a criança. Esse processo avaliativo faz com que a criança construa seu próprio conhecimento. Sendo assim, cabe ao professor também em sua prática, avaliar os alunos com dislexia de outras formas, como por exemplo utilizar a oralmente, bem como enunciados curtos e diretos (Silva; Duarte; Pereira, 2019), para melhor compreensão leitora destes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações ao abordar o tema em questionamento, podemos perceber que a educação é elemento eficaz para a formação e transformação de uma sociedade justa e principalmente igualitária no tocante a direitos, deveres e oportunidades de crescimento e construção de conhecimento.

Para chegarmos às nossas reflexões, fizemos um recorte histórico ressaltando a importância da educação para a formação humana, educação esta que abordamos de forma inclusiva, pois sabemos que atualmente é de suma importância levar em consideração as diferenças e limitações dos estudantes, principalmente ao que concerne nas práticas em sala de aula.

Nos reportamos acima com a importância da psicopedagogia e do profissional que a exerce, pois sabemos que ela se baseia em estudos aprofundados para a resolução e prevenção de alguns transtornos e dificuldades de aprendizagem que venham se manifestar em crianças e/ou adolescentes, e que podem afetar no desenvolvimento cognitivo e social de pessoas com deficiência. Dentre muitas limitações, transtornos e dificuldade dos indivíduos, o que destacamos ao longo do estudo foi a dislexia.

Devemos levar em consideração que a dislexia teve uma trajetória, que marcou o processo de desenvolvimento do estudo sobre suas causas e consequência e habilidades de lidar com ela, mas que hoje é reconhecida mundialmente como um distúrbio de aprendizagem que acontece com algumas crianças, gerando dificuldade no processo de alfabetização, letramento e reconhecimento de alguns símbolos, como letras e números.

Ao término desta pesquisa, podemos considerar que as práticas avaliativas para alunos com dislexia devem ser diferenciadas, não de forma que venha excluir os alunos, mas de forma que valorizem sua oralidade e socialização, uma vez que a maior dificuldade é na leitura e na escrita.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. M.; MANTOAN, Maria Teresa E. (orgs.). **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BUENO, Silveira. **Dicionário Silveira Bueno**. São Paulo: Didática Paulista, 2009.

CARVALHO, Rosita E. Removendo Barreiras para a aprendizagem. *In*: MEC. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Secretária de Educação à Distância – SEED, 1999. p. 59-66.

CAMPOS, Tercina V.; OLIVEIRA, Graciete M.; MUÑOS, Manuel A. D. O papel do professor no letramento dos disléxicos. **Revista Formação@Docente**, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276437613_O_Papel_do_Professor_no_Letramento_dos_Dislexicos. Acesso em: 23 set. 2023.

CALDEIRA, Anna Maria S.; ZAIDAM, Samira. Práxis pedagógica: um desafio cotidiano. **Paidéia - Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Fumec**, v. 10, n. 14 p. 15-32. 2013. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/2374>. Acesso em: 23 set. 2023.

COSTA, M. A. A; COSTA, V. L.; SOUSA, C. C. Educação na sociedade pós-moderna: um desafio para educadores na atualidade. *In*: VASCONCELOS, J.G.;

SANTANA, J. R.; FIALHO, Lia M. F. **História e práticas culturais digitais**. EdUECE, Fortaleza, 2014.

CAMPAGNOLO, Camila; MARQUEZAN, Fernanda F. A atuação do psicopedagogo na escola: um estudo do tipo estado do conhecimento. **Rev. Psicopedagogia**, v, 26, n. 111, p. 342-351, 2019. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/614/a-atuacao-do-psicopedagogo-na-escola--um-estudo-do-tipo-estado-do-conhecimento>. Acesso em: 16 set. 2023.

DEBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v, 119, p. 19-45, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

DELIBERATO, Debora. Linguagem, interação e comunicação: competências para o desenvolvimento da criança com deficiência não oralizada. In: NUNES, Leila R. O. P.; SCHIRMER, Carolina R. (orgs.). **Salas abertas**: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 299-310.

FIGUEIREDO, Rita V. de. A Escola de atenção às diferenças. In: FIGUEIREDO, Rita V.; BENETI, Lindomar W.; POULIN. Jean-Robert; **Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar**. Fortaleza. Edições UFC, 2010. p. 51-70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1997.

FRANCO, Maria Amélia S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

MASSINI, Elcie F. S. Psicopedagogia & Inclusão: o papel do profissional e da escola. **Rev. Psicopedagogia**, v. 20, n. 61, p. 2-6, 2003. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v20n61a02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Ana Paula D. **A dislexia fator implicador na aprendizagem da linguagem na visão dos professores**. 2013. Monografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais, Machado, 2013.

OLIVEIRA, E. C. de C. de. **Psicopedagogia: Teoria e Prática**. 2012. Monografia - Universidade Candido Mendes. Monografia 2012.

RODRIGUES, Sônia das D.; CIASCA, Sylvia M.; Dislexia na escola: identificação e possibilidade de intervenção. **Rev. Psicopedagogia**, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n100/10.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

SANTOS, Nilza Maria dos. **Problemática das dificuldades de aprendizagem**. 2009. Monografia (Programa de Desenvolvimento Educacional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fabrício O. da; SOUZA, Geruza F. R. de. Formação permanente de professores no cotidiano escolar: o real e o possível. **Educ. Form.**, Fortaleza, v.7, e8002, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8002>. Acesso em: 23 set. 2023.

SILVA, Deziane C. da; MIGUEL, Joelson R. Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar. **Rev. Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 51, p. 880-894, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2639/4099>. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, Mara C.; DUARTE, Mônica F. R.; PEREIRA, Patrícia C. S. **Práticas pedagógicas inclusivas: dislexia**. Alfenas: Unifenas, 2019. Disponível em: <https://www.unifenas.br/extensao/cursosonline/praticaspedagogicas/PDFs/Dislexia.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

WEISS, Alba M. L.; CRUZ, Mara M. da. Compreendendo os Alunos com Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem. In: GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 88-98.

ZANATA, Camila; TREVISOL, Vanessa C. Inclusão escolar: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 3, n. 1, p.15-30, 2016. Disponível em: <https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154154.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.



Este conteúdo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)